

# Crescer, a alternativa dos empresários

Os empresários paulistas gostaram da proposta de socorro oficial às empresas que não demitirem funcionários, torceram o nariz à sugestão de isentar-se do pagamento das contribuições à Previdência as empresas que contratarem empregados temporários e revelaram, mais uma vez, que gostariam mesmo é de ter uma política orientada para o crescimento econômico e não para a recessão. "Os incentivos às empresas que evitarem demissões podem até ajudar, mas o caminho para garantir emprego é a ampliação do mercado", resumiu Jacy Mendonça, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Como se tivessem ensaiado, Rogério Bonfiglioli, presidente da Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), e Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), praticamente repetiram o discurso de Mendonça. "Sem a definição de uma política econômica e industrial, as empresas não terão coragem de investir e sem investimentos não poderão manter seu quadro de funcionários", alertou Bonfiglioli. Capuano foi mais



Amencio Chioldi/AE-22/8/90

**Pegado: "Esmolas paliativas"**

contundente: se nada mudar, as demissões podem atingir 150 mil pessoas no setor imobiliário. Estímulos mais consistentes que os anunciados pelo governo seriam, conforme o presidente da Anfavea, a redução do imposto que hoje representa 45% do custo total de cada automóvel (é 3% no Japão). Capuano, por sua vez, acredita que o setor imobiliário seria reativado sem injeção de dinheiro público, "apenas com a criação dos consórcios e fundos imobiliários e a revisão da Lei do Inquilinato". Já a proposta de contratações provisórias anunciada pelo ministro Jarbas Passarinho mereceu de Capuano a qualificação de



**Mendonça: ampliar mercado**

"artificial" porque não resolveria o problema. Francisco Canindé Pegado, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), chamou de "escolas paliativas" os estímulos que o governo pretende adotar e de "calote à Previdência" a contratação provisória de trabalhadores sem recolhimento da contribuição previdenciária. Essas medidas, segundo o presidente da CGT, só agravam o quadro previsto para este começo de ano, quando importantes categorias têm data-base e não possuem política salarial como base. "A previsão é de fracasso nas negociações e muitas greve", alertou.